

Digesto

NEWSLETTER N.º 3/2020

Período abrangido: 24 de janeiro a 7 de fevereiro de 2020



AGRICULTURA

[Portaria n.º 37/2020, de 4 de fevereiro](#)

Agricultura

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 108/2015, de 14 de abril](#), que estabelece o regime de aplicação da medida «Assistência Técnica» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

DEFESA

[Despacho n.º 1362/2020, de 30 de janeiro](#)

Defesa Nacional - Gabinete do Ministro

Aprova o Regulamento do Procedimento de Inspeção da Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

ENERGIA

[Portaria n.º 40/2020, de 6 de fevereiro](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Ambiente e Ação Climática

Prorroga até 31 de dezembro de 2020 o regime transitório aplicável aos abastecimentos realizados em ou para instalações de consumo próprio, previsto no n.º 2 do artigo 14.º-B da [Portaria n.º 246-A/2016, de 8 de setembro](#), que estabelece as condições e os procedimentos do regime de reembolso parcial de impostos sobre combustíveis para empresas de transportes de mercadorias.

ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 1155/2020, de 27 de janeiro](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2020-2021.

[Despacho n.º 1308/2020, de 29 de janeiro](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão de Reconhecimento de Graus e Diplomas Estrangeiros

Fixa a regra para a conversão de classificações atribuídas por instituições de ensino superior do Reino Unido para a escala de classificação portuguesa, de acordo com o [Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto](#), que aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras.

FINANÇAS

[Portaria n.º 19-A/2020, de 24 de janeiro](#)

Finanças

Aprova o procedimento e prazo extraordinários para a participação de rendas prevista no n.º 3 do artigo 15.º-N do [Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro](#), relativa ao ano de 2019 e procede à alteração do artigo 5.º da [Portaria n.º 406/2019, de 20 de dezembro](#).

[Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2020, de 27 de janeiro](#)

Banco de Portugal

Regulamenta o conteúdo da notificação prevista no n.º 3 do artigo 8.º do [Decreto-Lei n.º 147/2019, de 30 de setembro](#), que aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo.

[Deliberação n.º 145/2020, de 29 de janeiro](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Altera as regras especiais de suplência em matéria de representação institucional externa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

[Aviso n.º 1568/2020, de 30 de janeiro](#)

Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Determina as taxas supletivas de juros moratórios a vigorar no 1.º semestre de 2020.

HABITAÇÃO

[Portaria n.º 39/2020, de 5 de fevereiro](#)

Finanças e Infraestruturas e Habitação

Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para os anos de 2019 e 2020.

INFRAESTRUTURAS

[Deliberação n.º 135-A/2020, de 27 de janeiro](#)

Infraestruturas e Habitação - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Aprova o modelo de Autorização Especial de Circulação.

[Portaria n.º 30-A/2020, de 31 de janeiro](#)

Infraestruturas e Habitação

Altera (vigésima terceira alteração) a [Portaria n.º 50/95, de 20 de janeiro](#), que estabelece uma cobrança de taxas de rota no espaço aéreo nas regiões de informação de voo (RIV).

[Portaria n.º 30-B/2020, de 31 de janeiro](#)

Infraestruturas e Habitação

Determina o quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo dos serviços de navegação aérea de terminal prestados pela Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E. P. E., e revoga a [Portaria n.º 337-B/2018, de 28 de dezembro](#).

[Despacho n.º 1525-A/2020, de 31 de janeiro](#)

Infraestruturas e Habitação - Gabinete do Ministro

Determina os valores das taxas unitárias globais de rota e das taxas de câmbio das diversas moedas nacionais em relação ao euro, para o período de aplicação que se inicia em 1 de janeiro de 2020.

JUSTIÇA

[Portaria n.º 21/2020, de 28 de janeiro](#)

Justiça

Aprova o modelo de requerimento de injunção e revoga a [Portaria n.º 808/2005, de 9 de setembro](#).

MAR

[Portaria n.º 20/2020, de 27 de janeiro](#)

Mar

Altera (primeira alteração) o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca com Recurso a Artes de Cerco, do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental, aprovado pela [Portaria n.º 394/2019, de 11 de novembro](#).

[Portaria n.º 26/2020, de 30 de janeiro](#)

Mar

Estabelece, para o ano de 2020, um regime excecional para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco, relativamente ao previsto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Pesca por Arte de Cerco, aprovado pela [Portaria n.º 1102-G/2000, de 22 de novembro](#).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Portaria n.º 23/2020, de 29 de janeiro](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Altera (segunda alteração) a [Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio](#), que estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 1387/2020, de 28 de janeiro](#)

Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral

Determina as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de fevereiro de 2020.

[Portaria n.º 38/2020, de 5 de fevereiro](#)

Negócios Estrangeiros

Altera (terceira alteração) a [Portaria n.º 320-C/2011, de 30 de dezembro](#), que aprova a Tabela de Emolumentos Consulares, a cobrar pelos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2020/A, de 27 de janeiro](#)

Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo

Atribui incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento.

MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro](#)

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2020.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro](#)

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Aprova o Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2020.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2020/M, de 6 de fevereiro](#)

Região Autónoma da Madeira – Presidência do Governo

Altera (segunda alteração) o [Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/M, de 16 de junho](#), que adapta à Região Autónoma da Madeira o regime de elaboração, afixação e validade dos mapas de horários de trabalho previsto no Código do Trabalho e sua regulamentação.

SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

[Portaria n.º 28/2020, de 31 de janeiro](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2020.

[Portaria n.º 29/2020, de 31 de janeiro](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Estabelece a atualização dos valores do complemento extraordinário das pensões de mínimos de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, do regime especial das atividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados e dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, bem como das pensões de mínimos de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente, para 2020.

[Portaria n.º 30/2020, de 31 de janeiro](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021.

TRIBUNAIS

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 774/2019, de 27 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do n.º 2 do artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro](#), na parte em que determina a extinção do contrato de trabalho, celebrado há menos de um ano, de titular que seja designado administrador da sociedade empregadora, por violação do disposto na alínea d) do artigo 55.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 57.º da Constituição, na redação vigente à data em que a norma foi editada ([Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro](#)); limita os efeitos da inconstitucionalidade, de modo a que se produzam apenas a partir da publicação do presente Acórdão.

[Acórdão \(extrato\) n.º 680/2019, de 27 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a alínea a) do n.º 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico do Processo de Inventário, aprovado pela [Lei n.º 23/2013, de 5 de março](#).

[Acórdão \(extrato\) n.º 688/2019, de 27 de janeiro](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma que impunha às autarquias locais a necessidade de prévia obtenção de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela administração pública para abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações públicas de emprego público por tempo indeterminado, para carreira geral, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, decorrente da interpretação do n.º 2 do artigo 66.º da [Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro](#), na parte em que determina a observância do disposto nos n.os 6 e 7 do artigo 6.º da [Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro](#).

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2020, de 30 de janeiro](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Conclui que «o recurso subordinado de revista está sujeito ao n.º 3 do art.º 671.º do [Código de Processo Civil](#), a isso não obstante o n.º 5 do art.º 633.º do mesmo Código».

Acórdão (extrato) n.º 767/2019, de 3 de fevereiro

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 69.º, n.º 8, alínea b), do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), na formulação vigente no exercício de 2011, segundo a qual cessa a aplicação do regime especial de tributação dos grupos de sociedades quando seja incluída no grupo uma sociedade que registre prejuízos fiscais nos três exercícios anteriores, salvo, no caso das sociedades dominadas, se a participação já for detida pela sociedade dominante há mais de dois anos.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 **Digesto**